

IDOSO

23/04/2013 – Agência Brasil – Vitor Abdala

Usuários do Parque Julio de Lamare cobram retomada dos projetos para idosos

Usuários do parque aquático serão remanejados para clubes nos bairros vizinhos, como Tijuca e São Cristóvão

Os cerca de 10 mil usuários do Parque Aquático Julio de Lamare, na zona norte da capital fluminense, continuam sem ter informação sobre o futuro dos projetos sociais que eram desenvolvidos no espaço esportivo, fechado desde o início do mês, como aulas de natação, hidroginástica e ginástica para idosos e pessoas com deficiência.

Na segunda-feira (22 de abril), dezenas de alunos que participam dos projetos sociais compareceram ao Clube América com a expectativa de se reunir com representante da Secretaria de Esporte e Lazer do estado do Rio de Janeiro e receber informação. No entanto, não havia ninguém do governo estadual presente no local.

A Agência Brasil foi ao Clube América e constatou que havia apenas uma professora no local, que se esforçava para anotar o nome e telefone de mais de 200 pessoas e que não tinha qualquer informação para dar aos alunos sobre o reinício das atividades.

Segundo a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, o parque, que faz parte do Complexo Esportivo do Maracanã, foi desocupado no início deste mês para atender pedido da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a Copa das Confederações deste ano e a Copa do Mundo de 2014. O local também era usado para treinamento de esportistas de alto desempenho de esportes aquáticos.

Segundo a assessoria de imprensa da secretaria, não estava prevista nenhuma reunião no América. O que estava previsto era o início de um cadastramento dos alunos, que seria feito por dois professores do projeto social. Os professores também informariam os alunos sobre o reinício das atividades.

Ainda de acordo com a secretaria, o retorno das atividades está previsto para 2 de maio. Os alunos deverão ser distribuídos em vários locais, como os clubes América, na Tijuca, e Vasco da Gama, em São Cristóvão, ambos na zona norte. Os alunos que se cadastrarem a partir de hoje serão informados sobre o novo local das atividades.

Os alunos dizem que foram convidados para uma reunião marcada para segunda-feira por meio de um aviso impresso, afixado no parque aquático, antes de o espaço fechar suas portas. Depois de mais de duas horas no local,

muitos idosos demonstraram impaciência com a falta de informação e com a ausência de representantes da Secretaria de Esporte e Lazer.

A aposentada Laurinda Mariano, de 80 anos, que fazia hidroginástica no local há mais de dez anos por recomendação médica, reclamava da indefinição. “É chato, porque não sabemos para onde vamos. Vim aqui hoje porque pensei que fôssemos escolher um novo local. Achei que estava praticamente resolvido”, disse a aposentada.

Sandra Colonesi, de 60 anos, tem um filho autista de 31 anos que fazia natação terapêutica no Julio de Lamare há 17 anos. “Como eu vou falar para o meu filho: 'acabou a piscina, não tem mais piscina?' É um garoto especial, que frequenta aquela piscina desde antes dos 14 anos”, disse Sandra, que classificou a situação como um descaso do governo com os usuários dos projetos sociais.

25/04/2013 - O Estado de São Paulo – Eduardo Bresciani

CCJ da Câmara aprova cota para meia-entrada, mas debate deve ir a plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou o projeto que cria uma cota de 40% para a venda de ingressos com meia-entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos. A proposta tem caráter conclusivo e poderia seguir diretamente para o Senado, mas deputados pretendem recorrer pedindo votação em plenário porque pretendem retirar os idosos do limite de ingressos a serem vendidos pela metade do preço.

A criação de uma cota é uma reivindicação de artistas e produtores culturais. Eles argumentam que com a medida o preço dos ingressos pode baixar de 20% a 35%. Atualmente, justificam, o preço da inteira é majorado para compensar a venda maciça de meia-entrada.

A proposta recebeu o apoio das principais entidades estudantis porque elas ganharam a exclusividade na emissão do documento. Pelo texto, somente a União Nacional de Estudantes (UNE), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e suas entidades filiadas poderão emitir o documento. Esse oligopólio foi questionado por alguns parlamentares e também pode ser rediscutido nas próximas etapas de tramitação.

Na votação na CCJ o embate ficou centrado na questão dos idosos. O relator Vicente Cândido (PT-SP) chegou a propor anteriormente retirar os idosos da cota, fazendo com que eles tivessem direito a comprar meia-entrada sem se

adequar a nenhum limite. Os artistas pressionaram, porém, e Cândido recuou.

Os deputados Espiridião Amim (PP-SC) e Hugo Leal (PSC-RJ) chegaram a tentar retirar os idosos da cota por meio de um destaque, mas a tentativa não foi possível devido a aspectos regimentais. Leal, que é vice-líder do governo, e Amim confirmaram que vão recorrer para que o plenário possa analisar o tema. Para que o projeto siga a plenário é preciso recolher 51 assinaturas de deputados.

O relator argumentou que a inclusão dos idosos na cota visa equalizar todos os beneficiários. Além deste grupo, poderão comprar meia-entrada pela nova lei estudantes, pessoas com deficiência e pessoas de baixa renda até 29 anos incluídos no cadastro único do governo federal.

Autor do projeto, o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que a retirada dos idosos da cota pode fazer com que se perca o espírito do projeto. "Retirar os idosos joga no chão o projeto, que é justamente criar a cota".

Na Europa, são públicos preferenciais

Andrei Netto

Legislações que estabelecem o direito à meia entrada não são exclusividade do Brasil, pelo contrário. Na Europa, onde jovens e "seniores" não são vistos como um peso ao mundo cultural, e sim como uma oportunidade de fidelização do público, leis similares fixam há décadas o direito, reservado em geral a estudantes menores de 25 anos e a adultos com mais de 55.

Na França, por exemplo, o "passaporte" dos jovens é a carteira de estudante emitida pelas universidades e "altas escolas", as faculdades de elite, e não há limites quanto ao número de ingressos. Salas de alto prestígio, como a Ópera Bastille, em Paris, dispõem até mesmo de planos de fidelidade para jovens com preços 50% mais baixos. Em bilhetes de "último minuto", comprados na hora do espetáculo, os estudantes podem pagar até 5. Em alguns teatros, os descontos chegam a 70% - acima do que determina a lei. Para os mais velhos, a legislação francesa é menos generosa. Ela prevê descontos e vantagens para espetáculos culturais, mas com frequência o benefício é limitado a pessoas de baixa renda. Se a lei não é tão favorável, o mercado cultural não raro preenche a lacuna. Há sites especializados que oferecem descontos para "seniores".

28/04/2013 – O Globo – Renata Leite

'Velhinha espiã', a arma que faltava no trânsito

Os cabelos brancos, as rugas no rosto e o andar lento entregam a idade avançada de Maria de Souza Passos. São 71 primaveras pesando sobre suas costas, já ligeiramente encurvadas. Mas a imagem frágil e inofensiva de dona Maria engana.

Na última quarta-feira, ela estava pacientemente à espera de um ônibus em um ponto da Avenida Brasil, na altura de Vila Kennedy. Dois dias depois, ela repetia a façanha em um outro ponto na Praia de Botafogo. Mas a performance, aparentemente inocente, esconde uma outra face da idosa: a de "velhinha dublê", posição voluntária que assumiu em apoio a operações da Secretaria municipal de Transporte:

- Eles não sabem com quem estão lidando - brinca Maria do alto de seu pouco mais de um metro e meio de altura e em um tom já não tão inofensivo assim.

Cansadas de ter o direito à gratuidade desrespeitado em ônibus e de aguardar por horas em pontos à espera de um motorista que pare o veículo para que elas possam entrar, um grupo de velhinhas resolveu dar o troco. As voluntárias se tornaram aliadas da prefeitura no combate a esse tipo de irregularidade.

A dinâmica é simples: acompanhadas de um fiscal à paisana, elas fazem sinal para ônibus nos quatro cantos da cidade.

Se o motorista não para, ele é interceptado num bloqueio mais à frente realizado por outros agentes da secretaria. A empresa é multada em R\$ 1.183,03, e o profissional orientado quanto à importância de desempenhar corretamente seu trabalho. Os passageiros também são informados sobre o procedimento pelos fiscais. Trata-se da vingança das velhinhas.

'respeito é bom'

Com bom humor, dona Maria resume seu trabalho:

- Eu não estou fazendo nada mesmo, né? Uma vizinha estava participando das operações e me convidou. Aceitei e, da primeira vez que acompanhei a equipe, todos disseram que eu arrasei - conta orgulhosa dona Maria. - Respeito é bom e todos gostam. Os motoristas que não param para a gente devem achar que nunca vão ficar velhos.

Atualmente, o compromisso mais importante da idosa é chegar à igreja que frequenta às 18h. Não raro chega atrasada. por causa da espera no ponto de

ônibus.

- Costumo ficar cerca de 50 minutos no ponto até conseguir embarcar. Já levei até bronca do pastor - reclama.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

09/04/2013 - O Globo – Fabíola Gerbase

Aeroporto reprovado em acessibilidade

Fabíola alerta para dificuldades para cadeirantes

A chegada ao Rio, semana passada, de uma delegação de especialistas em acessibilidade vinda de Chicago - considerada uma das cidades mais acessíveis do mundo - começou com uma aula sobre como fazer um aeroporto pouco amigável para pessoas com deficiência. No desembarque, os quatro cadeirantes do grupo se depararam com um elevador que comportava apenas uma cadeira de rodas por vez, poucos banheiros adaptados e falta de sinalização. Considerando que em 2016 desembarcarão no Aeroporto Internacional Tom Jobim cerca de 4.200 atletas paralímpicos - dos quais metade é usuária de cadeira de rodas -, a delegação considerou que é fundamental fazer mudanças até lá.

Karen Tamley, cadeirante e comissária do Escritório Para a Pessoa com Deficiência da prefeitura de Chicago desde 2005, lembrou que o aeroporto é o lugar onde se tem a primeira impressão da cidade:

- Quando acontecerem os Jogos Paralímpicos, serão centenas e centenas de pessoas desembarcando com cadeiras de rodas e precisando do acesso ao elevador. Com vários voos chegando ao mesmo tempo, se formará uma fila enorme para usá-lo. Isso gerou comentários no nosso grupo.

Já a advogada e ex-atleta paralímpica Linda Mastandrea, que também usa uma cadeira de rodas, sentiu falta de uma sinalização melhor indicando o caminho mais acessível:

- Se não tivéssemos alguém nos guiando pelo aeroporto, acho que seria difícil encontrar o caminho até o elevador e a saída.

A delegação veio ao Rio como parte de um programa de intercâmbio, "Os esportes e a pessoa com deficiência", promovido pela organização *WorldChicago*. Na cidade, o grupo visitou lugares como a Vila Olímpica do

Complexo do Alemão, o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 e o Maracanãzinho, onde se reuniu com o secretário Estadual de Esporte e Lazer, André Lazaroni.

Karen e Linda comentaram a possibilidade de aproveitar a preparação olímpica para tornar as cidades mais acessíveis e inclusivas. Segundo Karen, o tripé básico é oferecer transporte público adaptado, ruas e calçadas amigáveis para pessoas com deficiência, além de garantia de acesso aos espaços públicos, como museus, parques e restaurantes. Nesse sentido, a cidade que cumpriu melhor a tarefa, na opinião delas, foi Barcelona.

- Muitas cidades trabalharam no passado recente para melhorar a vida das pessoas com deficiência durante os Jogos e depois. Mas Barcelona foi o primeiro exemplo de real melhora na acessibilidade física da cidade, das atrações turísticas, dos transportes, da praia - diz Linda.

Críticas aos Jogos na China

Quanto a experiências negativas em sedes dos Jogos, Karen e Linda criticaram o excesso de instalações temporárias das Olimpíadas de Pequim, em 2008. Para elas, ao fim do evento, as pessoas com deficiência "foram colocadas de volta em casa".

Em 2007, Chicago, que perdeu a disputa com o Rio para sediar os Jogos, recebeu o prêmio *Accessible America Award*, da *National Organization on Disability* (Organização Nacional da Deficiência). A cidade tem 100% de sua frota de ônibus adaptada para toda forma de deficiência, além de serviços como aluguel de bicicletas adaptadas e telefones amplificadores para moradores com dificuldades auditivas. No Rio, a promessa é ter a frota de ônibus totalmente adaptada até o segundo semestre de 2014.

Já no Aeroporto Internacional, abril de 2014 é o prazo para conclusão das obras nos terminais 1 e 2 que, segundo sua assessoria, "incluem intervenções que facilitarão o trânsito de pessoas com deficiência (...), como a instalação de piso tátil, balcões de *check-in* acessíveis e balcões de atendimento com posições de acessibilidade", além de mais banheiros adaptados. Serão ainda adquiridas oito plataformas elevatórias para acessibilidade.

18/04/2013 - Folha de São Paulo

Congresso aprova tempo menor para aposentadoria de deficientes

Projeto aprovado hoje pela Câmara dos Deputados reduz os limites de idade e de tempo de contribuição à Previdência Social para a aposentadoria de

deficientes físicos. O texto já foi aprovado pelo Senado e seguirá para sanção da presidente Dilma Rousseff. Segundo o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, da Secretaria de Direitos Humanos, as mudanças têm o apoio do governo. Atualmente, a legislação não estabelece diferenciação nos critérios de aposentadoria para deficientes físicos.

Graus Diferentes

O projeto prevê que, para os casos de deficiência grave, o limite mínimo de tempo de contribuição para aposentadoria integral de homens passe dos 35 para 25 anos. No caso de mulheres, a redução será de 30 para 20 anos. Quando a deficiência for moderada, as novas condições para aposentadoria por tempo de contribuição passam a ser de 29 anos para homens e de 24 para mulheres. Caso a deficiência seja leve, esse tempo será de 33 anos para homens e 28 para mulheres.

Caberá aos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social atestar o grau de deficiência dos segurados, com base em critérios que ainda terão que ser regulamentados pelo Executivo.

Independentemente do grau de deficiência, a aposentadoria por idade passa de 65 para 60 anos, no caso dos homens, e de 60 para 55 anos, no caso das mulheres.

Nesse caso, será exigido, porém, o cumprimento de um tempo mínimo de 15 anos de contribuição e a comprovação da deficiência por igual período.

Segundo Ferreira, o governo aprovou um estudo de impacto financeiro da medida. "Há concordância no governo quanto à ideia de facilitar a aposentadoria para pessoas com deficiência. Pode ter um ponto ou outro que ainda precisa de análise, mas a presidente deve aprovar o projeto", disse o secretário.

Depois de sancionado, o projeto deverá ser regulamentado pelo governo em seis meses. Segundo o secretário, serão levadas em conta novas diretrizes, que classificam o grau de deficiência por funcionalidade, levando em conta a limitação física e também do espaço.

Segundo Ferreira, que é deficiente visual, a mudança na aposentadoria para os deficientes "é um pleito antigo".

"A pessoa com deficiência tem muito desgaste emocional no dia-a-dia", afirmou, acrescentando que, para o deficiente, muitas vezes o deslocamento até o trabalho representa um estresse maior que o desempenho da própria função.
